

Orçamento poderá ser

Proposta do presidente da Comissão é votar

CORREIO BRAZILIENSE Brasília, sábado, 3 de setembro de 1988

aprovado sem emendas

logo, antes da promulgação da nova Carta

O presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), quer aproveitar o esforço concentrado do Congresso, que se inicia no próximo dia 13, para votar a proposta orçamentária da União para 1989. Se a votação ocorrer antes do dia 5 de outubro, data em que a nova Constituição será promulgada, a proposta não poderá sofrer alteração. A Constituinte aprovou um dispositivo que permite aos parlamentares apresentar emendas à proposta orçamentária, o que não é previsto pela Constituição que estará em vigor até outubro.

O deputado Cid Carvalho, amigo pessoal do presidente Sarney e escolhido pelo Planalto para presidir a Comissão de Orçamento, vai fazer essa proposta aos líderes na manhã do dia 13. Nessa reunião, será elaborada a pauta de projetos que serão apreciados durante o esforço concentrado do Senado, da Câmara e do Congresso. Se a proposta orçamentária for incluída na Ordem do Dia, a Comissão de Orçamento terá que acelerar o seu trabalho, pois contará com cerca de apenas mais 10 dias para apresentar o parecer, que será submetido à decisão do plenário.

PAUTAS

Agora que a Constituinte concluiu o seu trabalho de votação, o Congresso, por sua vez, vai exigir muito dos parlamentares. Somente na Câmara existem ainda 108 projetos de lei dependendo de aprovação e mais 65 mensagens (acordos ou ratificações firmados entre o Brasil e outro países).

A liderança do PMDB na Câmara já organizou alguns desses projetos que já ultrapassaram toda tramitação e dependem do



Cid Carvalho: Pressa no orçamento

plenário para sua aprovação. São 41 projetos de lei que podem entrar em discussão, seis dependendo apenas de votação e outros 19 que esperam pelo pedido de urgência. Está convocada uma sessão para a tarde do dia 12, mas será inevitável a falta de quorum, pois se trata de uma segunda-feira. No dia seguinte, pela manhã, os líderes na Câmara reúnem-se para discutir a pauta de votações da semana e determinar a urgência desses 19 projetos pendentes.

Depende apenas de votação, por exemplo, um projeto do deputado Vitor Faccioni (PDS-RS), convocando o ministro da Indústria e do Comércio, Roberto Cardoso Alves, para esclarecer a criação das Zonas de Processamento de Exportação. Esse projeto teve sua tramitação paralisada devido ao problema de saúde do ex-ministro José Hugo Castelo Branco. Existe também um projeto enviado pelo Executivo, criando o Conselho Nacional de Habitação.

Está em discussão o projeto definindo a nova lei do inquilinato. Na mesma situação — projetos que ain-

da dependem de discussão em plenário — estão os que definem o abastecimento e comercialização do trigo, priorizando o produto nacional; criação de uma subsidiária da Petrobrás em Londres; escolha de locais para depósito seletivos de rejeitos radioativos; criação do imposto de ganhos de capital; criação do imposto sobre fortunas; ou mesmo, a autorização das Mesas da Câmara e do Senado para requerer por cinco minutos diários para divulgação dos trabalhos do Poder Legislativo, como ocorre hoje com o Diário da Constituinte.

Entre os projetos que ainda dependem de urgência estão alguns importantes como é o caso de um deles, enviado pelo Executivo, dispondo sobre procedimentos para privatização do capital das empresas estatais. Outro também encaminhado pelo Executivo, dispõe sobre aposentadoria voluntária dos servidores civis da União com proventos proporcionais ao tempo de serviço. Também depende de urgência um projeto de lei do deputado Sólton Borges dos Reis (PTB-SP) instituindo aos 16 anos, a maioridade civil e penal.